



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 57

Sessão Extraordinária

2.ª Reunião de 10-07-2000

Aos dez dias do mês de Julho do ano dois mil, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias e pelo Vogal Joaquim de Freitas na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, Álvaro Patrício do Bem, António Fernando Ribeiro Martins, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Henrique Manuel Morais Diz, Maria João Santos Pais, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, João Coelho Gonçalves, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes vogais:

João Pires da Rosa, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia, Luís Miguel Capão Filipe, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-Presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores José Augusto Machado Ribeiro Gonçalves e Jaime Simões Borges.

Seguidamente, o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, da substituição do vogal Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, pela vogal Maria Teresa Fidélis da Silva, do Vogal Custódio das Neves Lopes Ramos, pelo vogal Joaquim de Freitas e o Vogal Pedro Machado Pires da Rosa, pelo Vogal António Fernando Ribeiro Martins, nesta reunião, tendo efectuado o reconhecimento de poderes dos mesmos.

PONTO N.º 4 – AUTORIZAÇÃO PARA A CÂMARA PARTICIPAR NA SOCIEDADE ANÓNIMA A CONSTITUIR NO ÂMBITO DO PRGRAMA POLIS (REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ZONA DA LOTA).

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal de Aveiro, na reunião ordinária de 06/07/00, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez a apresentação do assunto em epígrafe, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto da ordem de trabalhos:

Membros da Assembleia

Vogal Clara Ribeiro (PPD/PSD):

Nos termos do n.º3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta.

“Eu gostaria que ficasse em acta a minha preocupação com o espaço da Lota. É um espaço que pertence à cidade, tem financiamento comunitário, tem parte de dinheiro do Estado e parte do dinheiro desta autarquia. O senhor Presidente da Câmara fala aqui, que vão surgir jardins temáticos, estâncias de paragens, jogos, águas, quer dizer, todo um número de coisas interessantes onde as pessoas se possam entreter, onde as pessoas possam conviver; uma Pousada da Juventude.

Eu já aqui falei uma vez, e gostaria de deixar aqui a minha grande preocupação, e dado que ainda não estou na terceira idade, mas já sou cota, gostaria de ver uma “casa dos cotas” ou seja, um local qualificado. Gostaria realmente que neste espaço, que é um espaço bom, arejado, pudesse definitivamente nesta cidade haver um espaço onde as pessoas se possam vir a encontrar daqui a uns anos, conviver. Espaços qualificados para a terceira idade. Quando falo em terceira idade, lembro que poderá acontecer aos cinquenta ou cinquenta e cinco anos, porque é a realidade deste nosso concelho. Este é o ponto principal e o ponto que me levará a aceitar estes dinheiros comunitários, este interesse da câmara, mas com este espaço.

A juventude tem espaço, mas os cotas também precisam do seu espaço qualificado, não é de um arrumo de velhos.”

(Entretanto entrou na sala o Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva).

Vogal António Salavessa (PCP)

(Entraram na sala os Vogais Jorge Manuel do Nascimento e António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre. Saiu da sala o Vogal Manuel Branco Pontes).

Vogal Rogério Madaíl (PPD/PSD)

(Saíram da sala os Vogais Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Raúl Ventura Martins, José Augusto Fernandes Júnior e António Ildebrando Nunes Costeira.)

A Mesa passou a ser presidida pelo Primeiro Secretário João Pedro Simões Dias e pelos Vogais, Joaquim de Freitas na qualidade de Primeiro Secretário e António Fernando Ribeiro Martins na qualidade de Segundo Secretário.

Vogal Teresa Fidélis (PS):

Nos termos do n.º3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta.

“Relativamente a estes assunto eu gostava de fazer duas observações. A primeira é essencialmente uma advertência quanto à natureza do programa POLIS. Tem sido muito apregoado que este programa é um programa de qualificação urbana, mas eu penso que se deve ter em atenção que não é mais do que um programa com objectivos de promoção de projectos urbanos qualificados. O que é que isto significa? Significa que deve ser claro para todos nós que o investimento qualificado em determinados locais – que são os locais destes projectos - pode pôr em causa a qualificação de outros locais mais carênciados e que aliás penso que o deputado Salavessa fez referência a esta questão.

A segunda observação tem uma natureza um pouco mais crítica, mas que espero que seja encarada numa perspectiva positiva, e passo a explicar: eu não nego a relevância da aprovação deste ponto e deixo expresso que votarei positivamente ainda que em jeito de voto de confiança. Contudo, tenho que expressar alguma tristeza pelo facto deste assunto, a requalificação do espaço envolvente à Lota com o financiamento do programa POLIS, ter vindo a ser debatido nesta Assembleia em regime de prestações e com muito pouca informação de base que o sustente.

E com a expressão “regime de prestações”, pelo menos tendo em conta aquelas em que eu tive oportunidade de acompanhar, estou a referir-me primeiro, à Sessão desta Assembleia para aprovação da compra de terrenos à APA. Nessa altura, foi evidente uma vontade de discutir e debater o projecto urbanístico ou o projecto de intervenção urbanística, e a essa vontade foi dada uma resposta de que ainda era prematura tal discussão e que o que era urgente era aprovar a aquisição dos terrenos. Agora, parece que o que é urgente é aprovar a participação da câmara na sociedade anónima; e parece que se vai mais uma vez adiar a discussão do Plano Estratégico, que não é mais do que uma versão preliminar, enfim, daquilo que se pretende fazer nessa zona.

Se por um lado eu sou capaz de compreender este facto com o fundamento da cadência das fases processuais e da necessária celeridade ou agilização (que é um termo muito utilizado nesta casa), por outro há que salientar que este regime de prestações não permite uma discussão integrada, coerente e eu diria mesmo útil, das diversas perspectivas das bancadas políticas presentes nesta Assembleia. E mais importante, impede que se enriqueça o projecto numa fase inicial da sua concepção, nomeadamente, no que respeita às sensibilidades e expectativas dos representantes dos aveirenses que aqui estão presentes.

Sendo assim, e acreditando que não é intenção do senhor Presidente da Câmara cercear o debate sobre esta matéria tão importante para os aveirenses e não só, permita-me propor-lhe o seguinte: em contraponto a uma louvável iniciativa da bancada do PSD que promoveu um debate público sobre três Planos de Pormenor desta cidade, porque não surpreender-nos promovendo um debate alargado sobre esta intervenção na cidade.”

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD)

Vogal Gaspar Albino (CDS/PP)

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

(Saiu da sala a Vogal Ana Carla Guerra de Miranda Macedo).

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS)

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

(Reentrou na sala o Vogal Manuel Branco Pontes)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Teresa Fidélis (PS)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara, para os esclarecimentos atinentes às intervenções efectuadas.

(Reentraram na sala os Vogais Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Raúl Ventura Martins, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, António Ildebrando Nunes Costeira e José Augusto Fernandes Júnior. A Mesa passou a ter a sua constituição inicial.)

Membros da Assembleia:

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD)

B

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara, para os esclarecimentos tidos por convenientes.

Membros da Assembleia:

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 4 – Autorização para a Câmara participar na Sociedade Anónima a constituir no âmbito do programa POLIS (Requalificação Urbana da Zona da Lota), sendo o mesmo aprovado por maioria de dezanove votos a favor (PS13+PP6), doze abstenções (PSD12) e um voto contra (PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP):

“Votei contra a autorização da constituição da empresa para a gestão do programa POLIS em Aveiro, pelas seguintes razões: em primeiro lugar, porque recusamos a capitulação do poder local perante o Governo; em segundo lugar, porque sendo o financiamento do poder central neste programa igual ao da autarquia, e a parte de leão oriunda do poder central, não há razão para aceitar que a participação do Governo na Sociedade seja à partida sessenta por cento, sendo de prever que essa participação do poder central venha sempre a aumentar, enquanto se reduz percentualmente a participação do município. Em terceiro lugar, porque esta votação é extemporânea, porque não temos presente a legislação aprovada na maratona parlamentar da passada sexta feira. Em quarto lugar, porque a requalificação da Lota não é uma componente do projecto POLIS que tenha sido proposta a Aveiro, mas sim um projecto que Aveiro se preparava para realizar, que foi apropriado pelo Programa POLIS para agora fazer dele o que quiser, sem que as instituições representativas do concelho o possam controlar. Em quinto lugar, porque qualquer ideia, como a que está subjacente ao programa POLIS, de que as autarquias não são garante bastante da defesa do interesse público, sendo necessária a intervenção tutelar do Governo, merecerá sempre a inequívoca rejeição do PCP. E em último lugar, porque a recusa deste projecto POLIS não significaria nunca o fim do projecto da Lota.”

Vogal Teresa Fidélis (PS):

“Eu voto a favor, por corroborar e me congratular com a capacidade de iniciativa deste presidente da câmara - o Dr. Alberto Souto - em aproveitar mais uma oportunidade para concretizar um projecto de requalificação urbana. E aproveito para expressar a minha profunda tristeza, pelo indevido aproveitamento da minha intervenção pela bancada do PSD.”

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD):

“Abstivemo-nos, para não inviabilizar a requalificação de uma área de grande interesse para Aveiro, não obstante discordarmos de: 1º O papel determinante da Administração Central numa obra em que é dona e para a qual estipula a si própria as condições de execução, retirando mesmo competências importantes à autarquia; 2º O facto do Ministério do Ambiente e

Ordenamento do Território, poder delegar competências em instituição relativamente à qual não são dadas quaisquer informações, e sobre a qual portanto não nos podemos pronunciar. A bancada do PSD quer também deixar expressa a sua indignação, pela demonstração da falta de respeito do Governo da República pelas competências próprias da Autarquia e pelas funções de fiscalização que competem à Assembleia Municipal.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP):

“Votei a favor, por considerar que o empreendimento a que se destina o protocolo agora aprovado é reconhecidamente válido para Aveiro, não obstante sublinho que, tal empreendimento teria realização segura por já constar do Plano Estratégico de Aveiro e até já se encontrarem alinhados os parceiros para a sua realização; designadamente a Câmara Municipal, a Universidade e a APA. Sublinho ainda que votei a favor, porque foi a única forma de no concreto e no momento presente se conseguir a vinda dos fundos do programa POLIS para Aveiro, que de outro modo sempre viriam se este Executivo tem tido a imaginação suficiente de criar um projecto que suscitasse a vinda do mesmo montante ou o equivalente para a cidade.”

Vogal Gaspar Albino (CDS/PP):

“Eu votei sim. E votei sim lembrando-me disto: quando chegar o momento da realização do capital, senhor presidente, não se esqueça que só o cais da Lota vale um milhão de contos.”

Continuando, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta Sessão Extraordinária. Eram 20:30 horas do dia 10 de Julho de 2000.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.